## REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2009. (Do Senhor Carlos Santana e outros)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Viação e Transporte para discutir questões relativas á duplicação da BR 101 – SC/RS.

## Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno, a audiência da Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados para debatermos os aspectos ambientais, contratuais e outros que interferem na execução das obras de duplicação da BR 101 –SC/RS, com os seguintes convidados: Dr. Luiz Antonio Pagot, Presidente do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte (DNIT), Dr. Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis(IBAMA) e representantes dos Consórcios e Empreiteiras responsáveis pela execução das obras.

## **JUSTIFICAÇÃO**

As obras de duplicação da rodovia BR-101-Sul, no trecho que vai de Palhoça (SC), na região metropolitana de Florianópolis, até Osório (RS), traz benefícios para a população de 25 municípios nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A estrada faz parte do Corredor do Mercosul, interligando Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai foi iniciada em janeiro de 2005 e custará quase R\$ 2,0 bilhões e vai facilitar as trocas comerciais e o turismo entre os países do Cone Sul.

Com o crescimento econômico do país e conseqüente aumento da frota nacional de veículos nos últimos 30 anos, a rodovia tornou-se obsoleta. No seu trecho Sul, que liga Curitiba a Porto Alegre, ela foi projetada para um trafego de 7 mil veículos por dia. Atualmente, segundo dados do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit), trafegam pela estrada diariamente mais de oito mil caminhões, centenas de ônibus e cerca de 20 a 40 mil veículos de menor porte.

Os primeiros estudos de viabilidade da duplicação da BR-101 Sul, trecho entre Florianópolis (SC) e Osório (RS), começaram a ser elaborados em

1994 e foram concluídos em 1998. A fase de elaboração do projeto de engenharia e o licenciamento ambiental da duplicação da rodovia levaram três anos: de 1999 a 2001. Em 2002, foram duplicados apenas os quatro quilômetros finais da rodovia, próximos a Osório (RS).

Entre 2003 e 2004, foram feitos os estudos de viabilidade ambiental, desapropriações, pagamento de indenizações, preservação de alguns dos 42 sítios arqueológicos existentes no trecho, além da remoção e reassentamento de famílias. As licitações, a contratação das empresas, e os primeiros trabalhos de duplicação da rodovia começaram em 2005.

Como se trata de uma obra complexa que exige o emprego das mais modernas técnicas de engenharia na construção de viadutos, pontes e túneis, consequentemente faz-se necessário que as questões ambientais tenham tratamento especial dado o impacto que a obra pode causar.

Da mesma forma, problemas contratuais, em respeito os princípios que norteiam a Administração pública acabam por determinar um ritmo para as obras aquém do esperado pela população, exaurida e entristecida com os inúmeros acidentes fatais que ceifam a vida de famílias inteiras e amigos no trecho.

Debatermos todos os problemas ambientais e contratuais que interferem no ritmo de execução desta importante, além de buscarmos saídas para tais problemas é um assunto que esta Comissão de viação e Transportes não pode furtar-se, daí, contamos com a compreensão de nossos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 2009.

Deputado Carlos Santana

Deputado Jorge Boeira.